

## REVOLUÇÃO FRANCESA: UM LONGO CAMINHO!

Rejane Márcia Freitas de Oliveira\*

*"Não existe discussão histórica, que não seja, ao mesmo tempo, historiográfica. Isto envolve três momentos históricos distintos: o meu, o do autor que analiso e o do processo em questão."  
(Luiz Arnaut, in TEMPORE).*

Confesso a surpresa agradável pelo convite recebido para participar deste Seminário, e, ao mesmo tempo, certa relutância em aceitá-lo. Tenho consciência de não pertencer ao grupo de intelectuais brasileiros, do qual fazem parte meus companheiros de mesa e de todas as atividades programadas, capazes de pensar e escrever algo original. Apesar disso, entendi que a minha presença só se justificaria em face da experiência no magistério (afinal são 21 anos de labuta) e da preparação de um curso livre intitulado "1789-1989: 200 Anos de Revolução Francesa", onde me vi forçada e disposta a conhecer toda a bibliografia disponível em português.

Ao ter armado um quadro historiográfico, pude observar mais argutamente as várias visões de história que subjazem nos textos didáticos.

É nesta perspectiva que me sinto com possibilidade de trazer alguma contribuição, e podendo assim definir meu objeto de exposição.

Demonstrar didaticamente as várias correntes historiográficas que trabalham o tema, e demarcar a longa distância que separa esta produção dos livros didáticos de 1º e 2º graus, é o meu objetivo.

\* Colaborou Luiz Fernandes de Assis (Companhia da História)

Mas, antes, entendi que cabia a esta platéia participar do debate e que tínhamos, para isto, de percorrer uma discussão anterior: qual a importância do tema "Revolução Francesa"? Por que comemorar tanto a Revolução Francesa? Será que é só pelos seus 200 anos?

Podemos realçar três grandes dimensões da Revolução Francesa (a partir de agora abreviamos para R.F.) que definem sua importância no contexto da história do ocidente. Uma primeira, mais etapista, a de ser um marco inaugurativo de uma Era. É a partir dela que alguns historiadores estabelecem o conceito de Idade Contemporânea. Outro sentido encontrado em vários autores que trabalharam o tema é o de ruptura com a ordem estabelecida. É a revolução marco zero. Esta visão é compartilhada por aliados, adversários, quem a viveu no calor da hora e analistas dos séculos XIX e XX. Talvez a exceção fique com Alexis de Tocqueville, que, como veremos mais adiante, enxergou uma continuidade do Antigo Regime para o processo revolucionário, mesmo com as transformações que suscitou. Mas, desde Edmund Burke, fervoroso adversário e matriz do pensamento contra-revolucionário do séc. XIX, ou Kant, que a via como "símbolo e testemunho filosófico, brotando da límpida fonte da justiça", até Thomas Paine, na América, ou os panfletos anônimos da Conjuração Baiana, todos perceberam a R.F. como marco de ruptura, ao qual é impossível ficar alheio, pois exige-se uma definição de posição e não uma neutralidade.

Um segundo ponto destacável é que conceitos como Poder, Legitimidade, Soberania, Sociedade Civil, Estado, passam a penetrar o universo mental de homens até então excluídos dos processos decisórios. Os homens se sentem participantes da História e, para afinar suas linguagens, seus novos diálogos e embates, criam novas palavras e conceitos. A própria palavra 'Revolução', que antes seria exclusivamente ligada à Astronomia, é incorporada ao vocabulário político-histórico, como idéia de transformação. Nesse sentido, é só depois da R.F. que historiadores e pensadores batizam a **Revolução** Gloriosa, na Inglaterra, ou a **Revolução** Americana, nos EUA.

Por fim, creio ser importante debruçar sobre a R.F. por ser inaugurativa do fenômeno de Opinião Pública. A idéia de indivíduos especiais transformando o curso da história é substituída pela da existência de uma massa anônima, que, cada vez mais, interfere nos rumos da sociedade. Assim, passa a ser importantíssima a (in)formação desta massa, agora percebida como opinião pública, pelos que dirigem ou querem dirigir. Podemos perceber o papel embrionário do intelectual como vanguarda e portador da Razão, utilizando-se da imprensa como difusão: é que eles acreditavam existir uma verdade universal, um consenso, e que, pelo debate, de orientação da população, a ela se chegaria. É quase um corolário do movimento Iluminista do séc. XVIII visto como portador da luz do saber a ser difundido ao povo.

A par de sua própria importância, como ruptura e criação de uma Nova Ordem social e política, temos de perceber a dimensão de sua mitificação. Em outras palavras: a partir do acontecimento, vai-se gerando textos, idéias, opúsculos, discursos e panfletos, compondo um imaginário que, por ter entre seus principais ingredientes a paixão, desliga-se do Real, do Acontecido, formando uma matriz mitificada.

A R.F. deixa de ser um objeto por si, tornando-se uma fonte de legitimação de interesses, ou propostas partilhadas pelos analistas. Deslocou-se assim o eixo de análise: do momento em que ocorreu para o presente vivido.

Em um outro sentido, podemos perceber esta matriz mitificada transformando-se em ponto originário e/ou de referência a todos os movimentos sociais que propõem rupturas institucionais, assumindo a condição de seus herdeiros naturais. É assim que entendemos a Revolução Bolchevista, aparentemente um movimento com interesses opostos (Revolução burguesa versus Revolução proletária), homenagear os heróis de 1793, Marat e Robespierre. A Revolução Russa torna-se a realização de que a "Mãe das Revoluções" só anunciou no séc. XVIII.

Ainda há aqueles que enxergam a R.F. como a via inexorável da Civilização: tinha de ter acontecido!, retirando-lhe toda a dinâmica histórica. É como se ensina ainda hoje em muitos manuais didáticos dando ênfase na inevitabilidade do acontecido em detrimento do processo histórico de forças sociais em luta.

Por fim, e encerrando este bloco, podemos perceber mitificações que a tomam como corte fundamental na trama do tempo, estabelecendo um ponto zero. Em corte entre o bem e o mal, instituindo atrás do discurso histórico o discurso moral, como bem salientou François Furet.

Analisando as dimensões de sua força histórica e da criação dos mitos a partir dessa fonte originária, temos de realçar seu papel como ponto aglutinador nacional da lembrança, a função da comemoração. Comemorar passa a fazer parte do programa revolucionário: "todos os que fazem calendários de festas, concordam com a necessidade de alimentar através de festa a recordação da Revolução" (Le Goff). Mais uma vez, cada segmento social se posiciona no momento da ação revolucionária: os realistas relembroando as desgraças do Rei e a legitimidade do Trono; os burgueses celebrando a fundação de um novo contrato social e os revolucionários demarcando a dinâmica dos acontecimentos e suas promessas de futuro. No centenário da R.F., em 1889, em plena consolidação da 3ª República, define-se a quem realçar como herói, ou denegrir como louco: Danton passa a ser o grande herói, representante da burguesia, se opoando a Robespierre, emblema do Terror e dos levantes populares. Trata-se ainda dos bafejos da Comuna de Paris, de 1870, que insistia em incomodar a mesa burguesa. Hoje, em pleno bicentenário, o que temos é a recuperação da figura de La Fayette. Socialistas franceses no Poder, identificados com o Centro, buscam num momento de ponderação, conciliar os novos segmentos sociais, esmerilhando as arestas mais firmes entre a Esquerda e a Direita. O marquês de La Fayette, que, apesar de nobre, participara das lutas de Independência dos EUA, e foi autor da "Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão", documento vivo e exibido como melhor herança de 1789.

Feitas essas considerações, podemos nos debruçar sobre a historiografia da R.F. afirmando ser esta não só um dos elementos mais ricos de compreensão da própria Revolução, mas também os momentos que se seguiram, e da criação da memória da Revolução.

Assim, quando se estuda a R.F., não se atenta somente para o episódio ocorrido em 1789, ou se apreende seus movimentos numa única produção intelectual datada e encerrada: mas antes abre-se um leque de entendimento da presença daquele movimento na mente e ação dos homens, em todo o período histórico posterior. Até hoje. Acreditamos que o processo de construção da História é sempre expressão do tempo presente e reflete a inserção de quem fala no seu *locus* social, isto é, definem-se pela história, as forças políticas, as instituições ou os grupos que representa.

Nesse sentido, seu estudo permite uma compreensão cada vez maior do objeto, porque sendo os momentos diferentes, as questões que se voltam àquele tema inaugural serão sempre outras questões. Então, temos não só uma transformação constante do tempo vivido, mas também uma constante mutação do objeto de estudo, sempre ampliado e modificado. A verdade sobre a R.F., nessa ótica, será sempre uma verdade em construção, selecionando da produção tudo o que for passageiro ou de uso imediatista (como é o elogio/desprezo fáceis). E aqui compõe-se o ofício de historiador que, para classificar criteriosamente cada texto, estabelece um mínimo de regras e exigências para a profissão. Saber inclusive que o efêmero ou o repetitivo também expressam as questões do seu tempo. Queremos falar, como Alice Gerard, que "o movimento ininterrupto de controvérsias originado da interpretação da R.F., desde sua origem até hoje, contribui por si só uma história", e "tal história se encaixa estreitamente na história geral".

Adaptamos para este texto o esquema desenvolvido por aquela autora, em seu livro **A Revolução Francesa**, optando, no entanto, não por acompanhar numa linha cronológica os autores que trataram o tema, mas estabelecendo dois grandes cortes temporais: a produção que surge no "calor da hora" até a eclosão de uma historiografia dita científica, isto é, que se propunha deixar de lado o ingrediente "paixão" em suas análises. E desta até os dias de hoje.

Desse modo teríamos, nesse primeiro momento (de 1789 a 1853, aproximadamente), grandes correntes historiográficas: a contra-revolucionária e a revolucionária; isto é, aqueles que se preocupam em, pela idéia, desmontar a dinâmica contra-revolucionária, fornecendo argumentos aos reformadores; e aqueles que, por oposição, querem legitimar a Revolução. Ambas convivem no mesmo tempo histórico e estão assistindo a França emergir de um processo revolucionário que se estende até meados do séc. XIX; a Revolução em 1789, a subida de Robespierre em 1793, a Reação Termidoriana em 1794, o Império Napoleônico e sua expansão até 1815, a Restauração em 1815 até a queda de Carlos X, em 1830, e o ressurgimento do movimento popular em 1848. É a fase da consolidação burguesa em que é impossível tratar o tema da Revolução de forma neutra, não opinativa.

## HISTORIOGRAFIA CONTRA-REVOLUCIONÁRIA

Seu maior representante é o inglês Edmund Burke, que, em seu livro **Reflexões sobre a Revolução Francesa**, influenciará toda uma geração de historiadores e politicólogos. Escrito ainda no séc. XVIII (1790), traça um paralelo entre a efervescência que a França vivia com o **pax** do modelo inglês de revolução, em que há um aperfeiçoamento dos costumes nacionais sem o rompimento das tradições. A ruptura com a Ordem do Antigo Regime liberaria forças sociais desconhecidas e que, por serem radicais, tenderiam ao descontrolado e imprescindível. Esta ruptura com as tradições, na história de um povo, demonstra bem a base ilegítima na qual se assentava o processo revolucionário. Por isso mesmo, argumenta Burke, este movimento pode ser visto como "uma conspiração de filósofos ateus e de capitalistas desonestos", que ao conspirar contra as instituições demonstram o espírito particularista se sobrepondo aos interesses nacionais. Seu discurso tinha endereço certo: os adeptos ingleses da R.F. Ele percebia que, atrás do fascínio de modernidade que a Revolução apresentava, havia sempre o perigo de sua extensão às instituições inglesas. Era lógico o temor de uma nação estabelecida e hegemônica diante daquela incógnita. Respeitado pela densidade fi-

losófico-política de seu trabalho sua influência irá até a Alemanha, onde esboça-se um nacionalismo que se refugiava no passado medieval. Era nítido para os homens de então uma noção de história cíclica, fechada sobre si mesma, em que sempre se retorna a um ponto de origem estabelecido no passado. Ainda na época do processo revolucionário, e até pouco depois, vamos assistir, principalmente na Alemanha, uma produção historiográfica ligada a uma teoria teológica providencialista, que anuncia a "besta (Revolução) prenunciadora da 2ª vinda do Messias", o próprio apocalipse. Na França, a Revolução é o próprio flagelo de Deus, onde o pacto social é algo divino, em que o homem não tem mais do que deveres.

Posterior à Revolução, e até início do séc. XIX, a argumentação contra-revolucionária desenvolve-se no sentido da trama oculta. Note-se uma linha de continuidade com Burke, pois a idéia de trama trás consigo a idéia de ilegitimidade: são interesses particularistas, de uma minoria perversa e poderosamente organizada, que tem sua máxima expressão na maçonaria. Contrapondo aos argumentos da Igreja, que levava os contra-revolucionários a um quietismo, esta argumentação tinha a capacidade de fornecer bodes expiatórios, e de ser uma versão cômoda e popular. Muita literatura se preocupou em conhecer os mecanismos das seitas conspiratórias. As publicações em forma de compêndios, dando explicações fáceis eivadas de mistérios e tramas, colocava ao alcance do nobre o argumento antiburguês fácil e lógico que lhe escapava. Estamos assistindo ao momento de rearticulação da Restauração da aristocracia na Europa.

Logo após o Termidor, com a queda de Robespierre (1794) há toda uma literatura antijacobinista que articula a sua imagem à de um "gênio do mal", um de mente, complexado, o mestre das conspirações. A partir da denúncia do morticínio, principalmente do grande crimê (a morte do Rei), eles buscaram mobilizar a população pela história, contra o arbítrio, o desrespeito da moral, utilizando o lado dramático da morte.

E após 1815, com a derrota de Napoleão em Waterloo, e com o Congresso de Viena, as forças da Restauração articulam melhor sua história da Revolução. A história da França para eles é a história que vem da tradição monárquica, interrompida por uma revolta criminosa em 1789, inclusive levando o país à guerra, mas que agora volta às suas origens. A história passa a ser uma arma política da nobreza, desenvolvendo uma argumentação preventiva para os jovens e para os Reis. Há um embate duro com as forças burguesas, e por isso mesmo valoriza-se a tradição, simbolizados no trono, altar e nobreza, sublimando os episódios contra-revolucionários (Vendéia, perseguições religiosas, etc.). Mais uma vez é de Burke a matriz historiográfica deste grupo.

## HISTORIOGRAFIA REVOLUCIONÁRIA

Durante todo o processo revolucionário não há uma preocupação em legitimar a Revolução pela história. Afinal, 1789 era o marco zero e o tempo a se preocupar era o tempo presente. O passado estava estigmatizado pelo Antigo Regime, e então, para que estudá-lo? A literatura revolucionária surgirá mais como um contraponto ao movimento restaurador. Ainda nesse primeiro momento há a visão teológica demonstrando a Revolução como a imagem em miniatura do Juízo Final, só que aqui a presença divina veio punir os abusados e recompensar o povo sofrido. Outra visão é aquela que pode ser caracterizada como fatalista. Acreditam num mecanismo autônomo da

história — a força das coisas. A história desnudando-se numa lógica racional: a Revolução aparece sem conflito, como desejo da Nação encarnada de razão e progresso. Era um movimento inexorável.

A historiografia liberal que busca legitimar o processo revolucionário, re- vendo a própria dinâmica da história (queda da Monarquia Absoluta em 1789, ascensão das massas jacobinas em 1793, Reação Termidoriana em 1794) se subdivide em três tipos de argumentação, que têm por base breçar o movimento restaurador.

Para isso, inicialmente, surge uma historiografia autojustificadora da Reação Termidoriana, burguesa e pragmática. É o Iluminismo o definidor da boa república: racionalista e burguesa, originada em 1789 e continuada no Diretório, excluindo propositalmente a fase montanhesa (jacobina).

A partir de 1815, sentindo-se derrotados, fazem do argumento histórico uma arma mobilizadora de sua classe contra a nobreza. Na luta contra o passado, identificado com a Restauração (que está nesse momento no poder) há que se continuar a obra da Revolução, e para isso busca-se um modelo de ideologia e estratégia que fortifique energias e estabeleça novamente a ação, liame entre o passado e o futuro. A história é política mobilizadora de continuidade revolucionária, bifurcando-se em duas vertentes. Uma estabelece a linha de raciocínio centrada na concepção da existência de Duas Revoluções: uma primeira, a de 1789, enaltecida por expressar as virtudes da liberdade, a face moderna voltada para a Inglaterra, estampada na "Declaração dos Direitos do Homem" e pela monarquia constitucional. Mas, nesse processo rumo à liberdade, houve momentos de excessos, deslizamentos identificáveis com a fase jacobina, caracterizando a outra Revolução. Aqui, a distorção, onde a Revolução se voltou para o povo e não para a liberdade. Daí a necessidade do período napoleônico, que trouxe as guerras e a Restauração. Há nesta argumentação a idéia moral da boa (1789) e má (1793) revolução.

Sendo a outra, a que se utiliza da noção de Revolução Bloco, sem cortes: há uma única Revolução, que tem a missão destruidora do Antigo Regime. Se houve excessos, foi por necessidade frente aos avanços da contra-revolução aristocrática.

Com o movimento que leva à queda de Carlos X em 1830, vamos assistir na história, novamente, a união das massas populares e da burguesia (estampada nas inúmeras barricadas de Paris) contra os últimos estertores da Restauração aristocrática. Não podemos esquecer que a década de 30 aparece, como confirma o historiador Hobsbawm "com igual proeminência na história da industrialização e da urbanização no continente europeu e nos EUA". Reacende-se a questão revolucionária com o jacobinismo colocando na ordem do dia a apropriação egoística da burguesia no Poder. Faz-se uma clivagem entre os moderados e os radicais. Aqueles exaltando 1789 e sua direção rumo à liberdade, estes buscando retomar 93 como tempo das santas igualdades, e mobilizar as energias populares para o êxito onde ela fracassara. É o embrião de um republicanismo democrata que irá desaguar nos projetos socialistas da segunda metade do século XIX.

No bojo dessa efervescência historiográfica, irá surgir uma corrente que influenciaria algumas gerações: são os românticos, estampados na obra de Michelet ou na literatura de Victor Hugo.

Trata-se de recuperar uma política de Estado nacionalista que identifique o povo ao sublime e generoso. O romântico abomina o presente, a burguesia mesquinha e o autoritarismo, daí a volta ao passado onde a Revolução é o marco da busca de identidade de um povo-nação. Nessa primeira grande comemoração da R.F., pelos seus 50 anos, ela se transforma no sinal do absoluto, pólo de atração, perfigurando o futuro. Se a visão anterior, caracterizada pelo republicanismo democrata, reage predisposto a uma ação política, essa historiografia romântica se pauta pela idealização. "Ávida por unanimismo, substitui os fatos pelos símbolos, a crítica pelo patético, os problemas por soluções verbais". A palavra da tríade revolucionária mais importante passa a ser a fraternidade humana, e se o povo, que é bom, tomar as rédeas da história está estabelecido o Direito, pois foi a Revolução que forneceu-lhe a balança e o critério.

Após o levante de 1848, e até 1853, não só caem por terra todos os sonhos da fraternidade universal, mas também o do regime parlamentar. Esse é um dado político: a identificação burguesia e camadas populares frustra-se. É um corte brusco que irá redefinir a própria concepção de história que frequentava as cabeças pensantes.

Nesse momento, a Europa vive o princípio da evolução como hipótese mais plausível para explicar o desenvolvimento da vida sobre a Terra. O observador autodidata, que exerce o papel de historiador apaixonado, é substituído por aquele que se debruça sobre o objeto histórico como quem o faz sobre a natureza. Torna-se um cientista da natureza humana. E a natureza não dá saltos, mas evolui, caminha numa linha linear chamada progresso. Assim impõe-se à historiografia da R.F. a noção de continuidade e pesquisa científica. Combatem-se os mitos criados durante os anos passados buscando substituir a paixão pela erudição. Este é o único caminho da verdade histórica, do conhecimento da trajetória humana. Para isso, passam a existir algumas exigências do ofício do historiador (pesquisa, catalogação, sistematização), deslocando seu espaço próprio para a academia, retirando o **status** de história a toda produção anterior: foram ensaios opinativos.

A reflexão passa pela noção inicial: frustram-se todos os sonhos porque tentou-se ir contra a história e, como a natureza, ela não dá saltos. É um progresso lento e contínuo. Nesse espírito, os homens voltam os seus olhos para o processo revolucionário. E, mais uma vez, se desnudam em três grandes linhas: a contra-revolucionária, a liberal e a revolucionária.

## HISTORIOGRAFIA CONTRA-REVOLUCIONÁRIA

Os historiadores dessa corrente analisavam os fenômenos de 1789 na perspectiva de seu tempo. Já não havia um grande espaço para seus argumentos e nesse momento, após a segunda metade do séc. XIX, a França é capitalista e burguesa. O que essa literatura busca é demarcar uma linhagem contínua da tradição monárquica, mas não se batendo por uma restauração nos moldes do Antigo Regime. Agora sua articulação passa a ser a de se compor com a burguesia contra as massas populares, que insistiam em surgir em cena. 1789, agora visto como forte impulso monárquico, ao assegurar a sua existência; e o período napoleônico como a sua consagração.

Na verdade, estas correntes historiográficas se encontravam em franca decadência dado, como dissemos, à própria consolidação burguesa, que, nesse momento, buscavam pôr um ponto final no processo revolucionário.

## HISTORIOGRAFIA LIBERAL

A corrente liberal vive em 1870 a última experiência do séc. XIX de uma grande insurreição das massas populares. Com a Comuna de Paris tornava-se claro que o inimigo não era mais a nobreza com seus projetos restauradores, mas sim as massas com idéias de democracia. Desloca-se o processo revolucionário para dentro da Academia. A R.F. vira disciplina na Sorbonne e ganha um historiador oficial: o prof. Aulart. Torna-se história passada a ser estudada e pesquisada. A Terceira República é o início de outra história. No processo de institucionalização do mito, a burguesia liberal estabelece uma origem, um meio e principalmente um fim para o movimento.

Alexis de Tocqueville se destaca como o grande historiador deste momento, e de maneira inédita, trabalha com profundidade os conceitos que manuseia (Antigo Regime, Pré-Revolução, etc.) sem, no entanto, enxergar uma ruptura no processo iniciado em 1789. Pergunta: o que a Revolução criou? o Estado burocrático centralizado. Quem começou a criar este Estado? o Estado Absolutista de Luís XIV. Portanto, o que a Revolução fez foi acelerar um processo que já vinha do Antigo Regime. Seu grande argumento enquanto um liberal democrata (democracia restrita, entenda-se) era voltar à história da França no período pré-revolucionário, onde existia uma tradição democrática nos corpos intermediários do séc. XVII. Sua principal questão é a da dominação das comunidades e da sociedade civil pelo poder administrativo, na sequência do alargamento do Estado centralizado. Como dizia Furet, talvez seu maior estudioso: "a Revolução naquilo que tem de constitutivo, em sua opinião (Estado administrativo reinante sobre uma sociedade de ideologia igualitária) é muito largamente realizada pela monarquia, antes de ser terminada pelos jacobinos e pelo império. É aquilo que chamamos a "Revolução Francesa", esse acontecimento enumerado, datado, magnificado como uma aurora, não passa de uma aceleração da evolução política e social anterior". Ele (Tocqueville) denuncia a ilusão da Revolução sobre si mesmo: o que os historiadores fizeram até então foi repetir a imagem vivida durante a Revolução, e que não só não está-se escrevendo história como toma como o ocorrido aquilo que os homens pensam que estão fazendo. A função do historiador é se debruçar sobre o Real e não trazer a imagem que os homens criaram sobre o Real vivido. Seu eixo não é desdobrar a luta de classes, ou conhecer quem ocupa o poder, mas, saber a natureza do poder: se é centralizado no Estado ou disseminado na Sociedade Civil.

Nas Escolas públicas a R.F. passa a fazer parte dos currículos oficiais. Danton é o grande herói da Revolução, a História ganha um corpo de historiadores oficiais, a burguesia comemora com estardalhaço o centenário da Revolução Francesa dando-lhe um ponto final.

## HISTORIOGRAFIA REVOLUCIONÁRIA

Nem todos, porém, estavam dispostos a encerrar o processo revolucionário iniciado em 1789, e vamos concomitantemente assistir o surgimento de vertentes mais ricas da historiografia contemporânea, as que mantinham a chama Revolucionária. E podemos subdividi-las em socialistas, marxistas e libertários.

Os primeiros pregavam uma contra-comemoração do centenário insistindo numa continuidade do espírito revolucionário, num aprofundamento rumo às massas populares. Em fins do séc. XIX a sua incorporação ao desenvolvimento era tema im-

portante dos parlamentos europeus. Esta historiografia, por isso, fará uma releitura do movimento valorizando 1793, em comparação a de 1789. O tônus político comum à historiografia oficial vai lentamente cedendo lugar às dimensões sociais, recuperando as realidades provinciais e camponesas e as transformações fundiárias. Era a preocupação com novos objetos que, no período entre guerras, seriam aprofundados por autores marxistas. No entanto, sua produção não abandonaria as polêmicas tão caras aos homens de então: de descobrir quem teria sido o grande herói da revolução: Danton, Marat ou Robespierre?

A partir do séc. XX, e principalmente após a vitória da Revolução Russa, vamos assistir a uma efervescência editorial, buscando rediscutir a R.F. sob a ótica marxista. Isto é, há uma valorização imensa do estudo da realidade social das classes (urbanas, rurais, etc.) e seus desdobramentos (economia, conjuntura, pré-revolução) superando a historiografia anterior que ainda cultuava as personalidades ou estimulava debates estéreis. Era a ênfase no conhecimento da infra-estrutura buscando respostas na crise econômica do séc. XVIII. O homem, enquanto indivíduo isolado, e o voluntarismo, enquanto agente transformador, cedem lugar a uma valorização de conceitos e da presença da vanguarda. A luta de classes passa efetivamente, para este grupo, a ser o motor da história. Destacaram-se desta linha de pensamento autores como Georges Lefebvre, que pode ser considerado o precursor da história das mentalidades, Labrousse, que redimensionou a história demográfica e econômica da Revolução, ou Albert Soboul, talvez o protótipo mais popular do encontro entre a história social e política. Esses historiadores influenciarão toda uma geração de professores nos anos 60 e 70, hoje representada em Michel Vovele.

Por último, a corrente libertária, que buscou a valorização do **bras nus**, "símbolo da espontaneidade e da revolução permanente". É importante fixar que este elemento permanecera ausente mesmo nas análises anteriores, pois a auto-organização permanente e a liberdade total de expressão não coadunavam com a forma predominante de organização do movimento operário, vitoriosa desde a Internacional. Para eles o jacobinismo, atrelando o movimento, transforma-se em vanguarda impelindo a "verdadeira revolução popular".

Trata-se, sem dúvida, da corrente mais contestada tanto pelos liberais quanto pelos marxistas. E é importante denunciar que, nessa comemoração do bicentenário, do dicionário organizado por François Furet, "**mutatis mutantis**", há a ausência deliberada do verbete **Saint-Just**.

São, portanto, três formas de pensar a Revolução, e bem distintas: uma primeira, que busca a simples incorporação das massas ao processo democrático (republicanas radicais e socialistas); outra, da incorporação aos conceitos demarcatórios, como burguesia, proletariado, etc. (marxista) e, por fim, à sua superação enquanto movimento organizado, como crítica à noção de vanguarda (Libertários).

## REVISIONISMO RECENTE

A partir da década de 60, e em função do quadro internacional, onde esboça-se uma revisão geral da Revolução Russa, percebemos, no que diz respeito à historiografia da Revolução Francesa, um revisionismo, buscando alternativas ao marxismo dominante.

Numa primeira linha, vamos encontrar autores que buscam desmitificar a R.F. de utopia messiânica irreversível que contenha. Há que se fazer uma revisão dos acontecimentos da Revolução sem cair no anúncio prenunciador do igualitarismo ou do socialismo. Para Hanna Arendt, sua maior expressão, não há projeto de futuro nela mesma; por isso é preciso reestudá-la sem fazer dela justificativas do presente. É a idéia de que a história deve ser estudada sem atentar para seus desdobramentos ulteriores.

Outra corrente, que teve inclusive bastante repercussão no Brasil, é aquela que incorpora a R.F. no conjunto das Revoluções Atlânticas. Retira-lhe o caráter de "Mãe das Revoluções" e situa-a como parte de um movimento mais geral ocorrido na região do Atlântico desde fins do séc. XVIII até meados do séc. XIX. Mesmo que seu maior expoente, Jacques Godechot, negue sempre, trata-se de situar sua produção no momento da criação da OTAN, que buscava estabelecer uma identidade entre os países do Atlântico.

Outra produção historiográfica que só agora chega ao Brasil, tendo sua origem nos países anglo-saxões, faz um ataque explícito, nos anos 60, aos conceitos básicos da historiografia marxista de forma radical. A partir do desmonte destes conceitos (feudalismo, capitalismo, etc.) encaminha no sentido de retirar a R.F. da via inextricável da história, que instaura o capitalismo e abre condições para o progresso e o socialismo.

Por fim, percebemos que atualmente há um retorno a uma discussão bem antiga, mas agora refinada pelos novos instrumentais disponíveis. Em outras palavras, Furet e Richet, seus dois maiores expoentes, recuperam a discussão sobre o caráter da Revolução nos momentos de 1789 e 1793 (o primeiro, marco da "verdadeira revolução", que é essencialmente política, e o segundo deslize/desvio). Ora atacam o dogmatismo advindo da historiografia jacobina, que, segundo eles, trata o tema maquiavelisticamente; ora afirmam que os desdobramentos após 1789 são meros desdobramentos que refletem interesses do presente. Esqueceram de dizer que, ao fazerem este raciocínio, não deixam de cair em sua própria armadilha.

Feito este longo vôo sobre a produção historiográfica, onde privilegiamos abarcar a extensão das várias correntes ao invés de mergulharmos em seus elementos explicativos, detenhamo-nos na outra extensão da linha. Numa ponta está a produção historiográfica, elaborada nas Academias e Centros de Pesquisa; na outra, os livros didáticos, consumidos por milhares de alunos de 1º e 2º graus.

Vamos observar que nem sempre a comunicação entre esses dois extremos é rápida ou eficaz. Vai existir um sem-número de manuais ou compêndios entre eles, que fazem os autores absorver mais a produção de seus pares do que da fonte original. Isto sem contar as dificuldades inerentes da profissão num país do Terceiro Mundo. Ou dito de outra forma: se já existe uma defasagem enorme dos textos traduzidos em português (agora que estamos tendo acesso à produção dos anos 60), há muito mais dos autores interessados em escrever para esta clientela do ensino. Daí preferirem acompanhar a produção de seus iguais (isto é, de outros manuais) do que conhecer e debruçar sobre a produção original. Não queremos simplesmente criticá-los, pois sabemos da enorme dificuldade que padecem, inclusive, da exclusão e distanciamento da Universidade. Hoje, o corpo profissional da universidade, com algumas exceções, se preocupam

muito pouco com a qualidade e produção do livro didático. Há ainda o papel do intermediário (as editoras especializadas), demandando uma produção em série, de baixo custo e com uma rapidez que não condiz com nosso objeto de estudo. São vários pequenos problemas que acabam sempre nas costas do aluno, deseducando-o.

No levantamento dos livros didáticos mais usados, detectamos a predominância de duas visões de história: a tradicional (embora com várias nuances, sempre historicizante) e a marxista.

Dentro dessa primeira corrente percebemos que seus autores se preocupam em alinhar os fatos históricos um ao lado do outro, desdobrando-os, quando muito, em causas e consequências diretas do fato anterior e posterior. Não se preocupam pelo entendimento complexo de todo o processo histórico. Assim é também com o fenômeno da R.F.: ela inicia-se na crise do Antigo Regime, em que a burguesia já tem papel ativo (consequência de sua ilustração iluminista) no fim da sociedade estamental e do absolutismo rumo à Liberdade. A fase jacobina aparece como desvio de fanáticos, que usurparam o Poder; por isso mesmo é chamada de Terror. A Reação Termidoriana e o Diretório são a volta da normalidade institucional e da R.F. aos trilhos da História. Fim do processo revolucionário. Abre-se uma nova unidade para o império napoleônico.

A visão marxista começou a surgir entre nós em fins dos anos 70, numa defasagem muito grande em relação à própria revisão marxista que se fazia na Europa. Naquele momento não havia muito problema, pois até mesmo cursos superiores da área de humanas se nutriam dessa visão.

A partir dos primeiros trabalhos, uma série de autores, aproveitando desse filão, elaboram uma série de manuais didáticos, em que a história da R.F. é colocada dentro do seguinte esquema: existiriam duas revoluções acontecendo em fins do séc. XVIII, momento visto como de profunda transformação, as revoluções liberais e a revolução industrial. Uma, o lado político daquela transformação, a outra, o lado econômico. É o momento da afirmação da burguesia (assume o poder derrotando a nobreza e o clero) e da consolidação do capitalismo (o fim da transição feudalismo-capitalismo). Nesse sentido, a R.F. tem fases nítidas em que há participação popular, ainda que de forma ingênua e desorganizada; em que a burguesia se "aproveita" da alienação das massas populares. O período jacobino é o momento em que essas forças populares mostraram ser o embrião de um momento do porvir, que deságua na Revolução Russa em 1917. Nesse sentido são vencidos e traídos pelos burgueses, que não souberam reconhecer o auxílio que deram na derrota da nobreza e do clero. Há uma linha de continuidade nos vários movimentos populares que aparecem no séc. XIX.

Fechamos, assim, nosso ciclo de estudo sobre a R.F., esperando ter demonstrado que, no mínimo, a questão é complexa. O importante para nós, da COMPANHIA DA HISTÓRIA, é termos contribuído para a discussão da história enquanto uma memória coletiva, em que os homens em seus diversos momentos específicos e do seu lugar social, se apropriam do passado expressando seus interesses e angústias. Agora, que, ao fazerem isso, nem sempre se lembram de uma massa da população que, contraditoriamente, tem a obrigação de apreenderem a história através dos bancos escolares, e esta se apresenta como a única oportunidade desse contato. No entanto es-

quecem que é ali que se sedimentam os mitos, o senso comum e a opinião pública. Provavelmente a maioria daquelas cabeças aprenderam que existe **uma** história da R.F., e que é a "verdadeira", anulando toda a grandiosidade do próprio fenômeno histórico.

Acreditamos que assim não há possibilidade que se reconheçam no espelho da história e que passem, a cada grande comemoração, se sentindo esmagadas por ídolos com pernas de barro. A História assim, ao invés de libertar e autonomizar o homem, no seu tempo, passa a ser sua opressora, tanto quanto a ignorância.



## REJANE MÁRCIA FREITAS DE OLIVEIRA

Bacharel com licenciatura em História pela Universidade Federal de Minas Gerais. Mestranda em Ciência Política pela UFMG. É professora de História em escolas de 2º grau e coordenadora pedagógica da Associação de Educação Católica. Assessora do Departamento de Ensino da Secretaria Municipal de Educação de Belo Horizonte, é sócia-fundadora da Companhia da História.

## A HISTORIOGRAFIA DA REVOLUÇÃO FRANCESA - PERSPECTIVA DE UMA POLÊMICA SEM FIM

Francisco José Calazans Falcon

### PRÓLOGO

A **historiografia**, entendida como conjunto, tanto das atividades voltadas para a produção do conhecimento histórico, quanto dos seus resultados - os textos -, não se dissocia das condições que, em cada tempo/lugar precisos, presidem ao trabalho historiográfico. Desse modo, a historiografia é também histórica, pois, na sua produção interagem fatores gerais e específicos os mais diversos; se os primeiros são os condicionantes históricos mais evidentes, os segundos vêm a ser as concepções teóricas e metodológicas que definem e orientam o trabalho historiador, sejam ou não conscientes, tanto em relação ao recorte do seu objeto quanto ao método da sua investigação. Enquanto expressões epocais de uma cultura e da respectiva sociedade, tais fatores se articulam na produção do respectivo paradigma historiográfico, aí incluída uma certa idéia de história.

A historiografia é a expressão, a nível do trabalho historiador, desse conjunto de condicionamentos sociais e individuais que lhe dão existência concreta e conferem à história da história suas especificidades propriamente "históricas". Dada a circunstância de assumir o produto do trabalho historiador, na imensa maioria dos casos, uma forma textual, seria válido também afirmar que ele resulta, principalmente, da dinâmica da interação textual, sincrônica e diacrônica, em função da qual se delimita o campo das possibilidades reais da historiografia num dado momento da sua história.

Deduz-se, portanto, que a premissa básica do estudo historiográfico que vise um mínimo de rigor metodológico é a de sempre abordar a historiografia "sub specie temporis" ainda que em o fazendo possa incorrer nas críticas daqueles que insistem em abordá-la "sub specie aeternitatis."(1)

*"I come to bury Caesar, not to praise him"*  
(W. Shakespeare - "Julius Caesar")

## INTRODUÇÃO - BALANÇOS E COMEMORAÇÕES

Nossas considerações sobre a historiografia em seu sentido geral aplicam-se também, evidentemente, às historiografias particulares, ou seja, àquelas que se definem a partir de determinados recortes temáticos ou cronológicos, tal como é exatamente o caso da "Revolução Francesa de 1789". Apesar da enorme riqueza textual e da complexidade desta historiografia, não nos parece válido supor que ela deva constituir uma exceção à regra, pois a ela também se aplica a afirmação de J. Bouvier: "A escrita da história é filha de seu tempo, não há historiadores inocentes".

Convém todavia assinalarmos desde o início que, em relação à historiografia da Revolução Francesa, existe um aspecto que lhe é específico ou, pelo menos, incomum: é a **conotação político-ideológica** que a envolve desde seus começos. Essa conotação constitui uma espécie de carga explosiva que dificulta sempre, em escala impossível de avaliar-se, a análise historiográfica propriamente dita, até tal ponto ela parece "colada" a essa historiografia. Apenas para que se tenha uma idéia, bastaria compará-la, por exemplo, à historiografia da Revolução Inglesa na qual, nem de leve, acharemos algo que se compare à historiografia da Revolução Francesa em matéria de conotações político-ideológicas.

Desde 1789, praticamente, cada período da história francesa mirou-se no grande espelho da "Revolução" e nele contemplou, ou imaginou contemplar, as imagens contraditórias do sonho ou do pesadelo mais identificadas com alguns dos seus próprios desejos e afeições, ou com seus temores e ódios. Desse modo, os diversos "presentes" produziram idéias e construíram visões relativas à "Revolução" que são muito mais fiéis a eles mesmos do que à Revolução propriamente dita. Assim, o percorrer essa historiografia poderá ser uma forma de tentar-se conhecer a Revolução, mas será certamente um meio muito mais eficaz para conhecermos cada uma das épocas em que se escreveu a história da Revolução.

## OS BALANÇOS HISTORIOGRÁFICOS

As inúmeras histórias gerais ou parciais da Revolução Francesa, os levantamentos das suas fontes documentais e bibliográficas, levaram, em diferentes épocas, a tentativas de balanços histórico-críticos capazes de orientarem o trabalho do historiador a partir de uma visualização mais ou menos abrangente do esforço já realizado. É nesse sentido que se pode perfeitamente distinguir, pelo menos, três momentos principais da realização de tais balanços:

**1º - No final do séc. XIX e inícios do atual**, registra-se a produção de diversos trabalhos historiográficos e bibliográficos-documentais de grande importância, dentre os quais podemos citar os elaborados por Gabriel Monod, Alphonse Aulard e Lord Acton, em 1910, e o de Paul Caron, em 1912. Pertencem também a esta época as publicações sistemáticas de documentos da Revolução, onde se destaca o trabalho infatigável de A. Aulard, tanto à frente da "Comissão de História Econômica da Revolução" (criada em 1903, por iniciativa de Jean Jaurès), quanto da Comissão específica para a Revolução, que foi criada no âmbito da Seção de História Moderna e Contemporânea do "Comité de Trabalhos Históricos".(2)

**2º - No período situado entre as duas guerras mundiais**, sobretudo na década de 1930, intensificaram-se os estudos historiográficos e os levantamentos documentais relativos à Revolução, com a participação de Georges Lefebvre, Ph. Sagnac e Louis Villat, além de vários outros historiadores. Contando com forte apoio institucional, os especialistas puderam editar importantes volumes de documentos revolucionários, cabendo ainda lembrar que foi no ano de 1937 que G. Lefebvre fundou o "Instituto de História da Revolução", na Sorbonne. Contrastando com a tônica da maioria das avaliações dessa época, Daniel Halevy publicou, em 1939, a controversa "Histoire d'une Histoire".(3)

**3º - No período posterior ao término da Segunda Guerra Mundial**, reativou-se muito o trabalho institucional voltado para a publicação de novos documentos revolucionários, paralelamente à retomada dos estudos sobre a historiografia da Revolução. Surgiram, então, estudos e avaliações historiográficas com perspectivas diferentes e instigantes, como as de G. Lefebvre, Alfred Cobban, S. Mellon, Piter Geyl, J. MacManners, apenas para mencionar os principais. Jacques Godechot, em 1963, e Alice Gérard, em 1967, publicaram, embora com características e objetivos bem distintos, estudos historiográficos atualizados da Revolução.(4)

Quanto ao **panorama atual** do debate historiográfico sobre a Revolução Francesa, pode-se destacar o livro excelente de Jacques Solé - "A Revolução em Questões", e o crítico e bastante polêmico "Dicionário Crítico da Revolução Francesa", de François Furet e M. Ozouf. Constata-se nesses trabalhos a tendência atual de fazer o balanço e analisar a produção historiográfica em conexão com problemas específicos da historiografia da Revolução, ficando em segundo plano as chamadas histórias gerais ou interpretações globais.

## AS COMEMORAÇÕES DA REVOLUÇÃO

No ano do bicentenário da Revolução Francesa parecem acirrar-se as posições antagônicas acerca do grande evento, fenômeno que apenas reproduz outros mais ou menos semelhantes ocorridos por ocasião de comemorações idênticas. Novamente nos deparamos com o conflito aberto entre os partidários da comemoração e seus adversários, inclinados a lançar um verdadeiro anátema sobre a história da Revolução. Entre esses dois grupos, o historiador, desejoso de apenas conhecer a Revolução, parece perdido na "terra de ninguém" e fica a indagar consigo mesmo porque não escolheu o Renascimento, a Revolução Industrial ou outro tema "mais ameno" para objeto de seus estudos.

No entanto, nem a comemoração, nem a contra-comemoração são propriamente novas. Cada "aniversário da Revolução" contou também com uma espécie de "contra-aniversário", senão, vejamos:

a) **Em 1839, Cinquentenário da Revolução**, a disputa se deu em torno da questão de se saber qual teria sido de fato a "verdadeira Revolução" - a de 1789 ou a de 1793? Para os liberais moderados, como Thiers, Guizot, Thierry, etc., a verdadeira havia sido a de 1789, "autenticamente popular e necessária"; para os radicais, como Raspail, Marrast e Cavaignac, e os socialistas, como Buchez e Lapponey, a Revolução verdadeira teria sido a de 1793, por haver tentado realmente "realizar a igualdade"; daí também o culto devotado a Robespierre e à visão da Revolução como promessa a concretizar-se ainda no futuro.



Simultaneamente, foi nessa mesma ocasião que a "lenda bonapartista" atingiu o apogeu, pois, em 1840, com o retorno das cinzas de Napoleão I, entusiasmaram-se todos aqueles que ainda ansiavam pelo retorno do bonapartismo. Segundo A. Gérard, a "lenda revolucionária", crescida à sombra da lenda bonapartista, será a herdeira do conteúdo messiânico desta última, além de "tomar sobre si todas as febres do romantismo numa década de intensa fermentação". A grande data - 1789 - viu-se colocada então no meio de um intenso fogo cruzado: da burguesia que, na fala de Guizot, considerava a Revolução já terminada - houve Revolução sim, foi grandiosa, mas não há mais; reação monarquista, sobretudo legitimista, que não podendo riscá-la, esforçava-se por denegri-la; dos segmentos sociais pequeno-burgueses e proletários que a cultuam na convicção de serem seus herdeiros e como tais predestinados a recomeçá-la e concluí-la efetivamente.(5)

b) **Em 1889, Centenário da Revolução**, a polarização de forças a favor e contra a comemoração assumiu feições mais definidas. Finalmente vitoriosa, a República (Terceira) empenha-se em comemorar o triunfo definitivo dos ideais de 1789. Comemorando a Revolução e transformando-a em objeto de autêntico "culto nacional", a República comemora e cultua a si mesma. Não foi portanto por acaso que, em 1886, foi criado um curso de História da Revolução, na Sorbonne, transformado em cátedra, em 1891, cujo ocupante, até a sua morte, em 1928, foi Alphonse Aulard, que exerceria durante todo esse tempo uma verdadeira liderança sobre o ensino e a pesquisa da "sua Revolução". Em oposição a tudo isso manifestaram-se os monarquistas, os legitimistas em particular, os católicos em geral, duplamente irritados: com a comemoração em si e com a liderança que a esquerda radical assumiu nos festejos. Daí promoverem os descontentes diversas manifestações que sublinham o caráter sanguinário e violento do "Terror" e o ateísmo de "Robespierre e seus sequazes".(6)

c) **Em 1939, momento do Sesquicentenário da Revolução**, admiradores e detratores do evento voltam a enfrentar-se em meio ao clima sombrio que reinava então na Europa (Depressão, Nazi-Fascismo, etc.). Enquanto a maior parte da burguesia francesa se retraía, dividida entre o "perigo vermelho" e as suas próprias hesitações em relação ao nazi-fascismo, deixando à "esquerda" a tarefa de apresentar-se como herdeira do jacobinismo, os setores mais conservadores, ou "reacionários", criticam e denunciam a comemoração como manobra dos "comunistas" e "ateus". Profundamente divididos, os franceses manifestam-se contraditoriamente em relação ao acontecimento fundador por excelência da "Nação" - a Revolução de 1789. Às vésperas do segundo conflito mundial, em meio às festividades oficiais, essa divisão adquire uma significação fundamental.

Mesmo assim, convém lembrar que houve durante a década de 1930 um esforço continuado e crescente voltado para as pesquisas e estudos revolucionários, afirmando-se já a partir daí a liderança de G. Lefebvre.(7)

## I - DIVISÃO DO TRABALHO

Diante da riqueza e variedade dessa historiografia, inúmeras são nossas limitações. Julgamos importante oferecer ao leitor uma visão global da história dessa história mas precisamos nos precaver para os limites naturais de um trabalho como este. Daí haveremos preferido sintetizar as grandes linhas que marcam o desenvolvimento

do assunto, sem jamais esquecermos nossa inserção nesse presente que é o nosso, aqui e agora, lugar onde o debate historiográfico ainda continua, como sempre, envolto por conotações políticas e ideológicas.

Não nos parece fácil, no entanto, definir o nosso próprio caminho. Deveríamos, por exemplo, optar por uma das tendências atualmente existentes e olímpicamente ignorarmos a existência de outra ou outras tendências? Quem sabe então, se não seria preferível fazer como tantos outros, ou seja, desqualificar, logo de saída, a posição contrária, acusando-a de errada, mentirosa, "ideológica", já que, com toda certeza, nossa posição é a única certa, verdadeira e "científica"?

Entretanto, do nosso ponto de vista tais alternativas são igualmente equivocadas. Julgamos que a atitude mais adequada é a de tentarmos estabelecer certos marcos ou indicadores que permitam uma compreensão mais objetiva da historiografia revolucionária, isto é, precisamos contextualizar-lhe os debates a fim de distinguirmos o circunstancial do permanente para construir um espaço de discussão racional capaz de viabilizar uma reflexão científica sobre o próprio debate em curso.

As dificuldades inerentes a uma tal proposta são inúmeras, bem o sabemos. Contra sua concretização conspiram dois tipos de fatores: a riqueza e densidade da produção historiográfica sobre a Revolução; o teor emocional, não raro permeado por idiosincrasias pessoais, que perpassa todo o debate historiográfico da Revolução e permanece vivo ainda hoje. Os fatores do primeiro tipo irão impor limites físicos ao nosso trabalho. Já os fatores do segundo tipo nos fazem duvidar da possibilidade mesma da discussão objetiva de um tema tão carregado de preconceitos político-partidários, ideológicos e personalistas. Não estaremos forçados "a priori", dada a natureza do debate, a nele assumirmos uma posição predeterminada antes mesmo de começarmos a tentar analisá-lo? Se estivéssemos certos que assim é, nosso trabalho seria inútil.

O desenvolvimento deste texto focalizará então em duas partes a historiografia da Revolução sintetizando-se, na primeira, a parte mais longa e quantitativamente mais rica, e, na segunda, a parte relativamente mais recente: A - Principais fases da historiografia revolucionária das origens a 1945; B - A historiografia revolucionária posterior a 1945 e as novas características da polêmica.

## II - DIMENSÕES DA POLÊMICA

O retorno periódico da Revolução Francesa ao altar da consagração nacional, ou ao banco dos réus, pode constituir-se em motivo de curiosidade ou de simples espanto. Para o historiador, no entanto, é sobretudo um sério obstáculo ao avanço do conhecimento e da reflexão crítica: como ficar imune aos admiradores e aos adversários da Revolução?

Para os cultuadores da Revolução, 1789 identifica-se com a comemoração de uma herança que é necessário reafirmar e revivenciar como um autêntico mito fundador. Para os inimigos da Revolução, essa comemoração não passa de inominável heresia ao perpetuar a lembrança de um absurdo que conviria esquecer.

Não devemos então nos admirar se, na opinião de diversos historiadores, a Revolução permaneceu sempre, ao longo de dois séculos, como uma espécie de questão não resolvida, quer política quer ideologicamente, pelos franceses.

Daí certamente deriva que as comemorações revolucionárias tenham sido e continuem a ser momentos de clímax de todos os antagonismos acumulados e cristalizados a partir da própria Revolução de 1789.

Lutas partidárias e preconceitos herdados estão presentes, desde o início, nessa historiografia, tanto nas suas interpretações de cunho mais ou menos jornalístico, quanto nas amplas conclusões das histórias gerais do evento. Pouco importa, no caso, a existência de uma significativa massa de pesquisas realizadas, de estudos sérios sobre este ou aquele aspecto, pois o trabalho acadêmico pouco conseguiu realizar diante das chamadas "Interpretações de conjunto".

Parece que não há um meio termo possível entre o culto e a rejeição. Cultuar, revigorando periodicamente o mito fundador, é afirmar a perenidade: a Revolução é; comemorar, fortalecendo a identidade do presente com as origens primordiais desse mesmo presente, significa mais uma vez proclamar as verdades emblemáticas – Liberdade, Igualdade, Fraternidade – que ligam o presente ao passado e projetam-se no futuro, enquanto promessa que a lógica da história assegura a realização.

Mas há a também a outra face da comemoração. Para os que rejeitaram e rejeitam a Revolução, o seu culto se converte em acinte e deve ser denunciado como engodo; a comemoração precisa ser exorcizada e condenada enquanto tal, pois mantém artificialmente vivo o fantasma de um mito que se converteu no pesadelo cuja lembrança apenas serve para dividir a nação. Seria melhor esquecer de vez a Revolução, para benefício de todos, em vez de assegurar uma sobrevivência artificial através de pantomimas periódicas chamadas de "comemorações".

Nas linhas precedentes, procuramos esboçar um desenho talvez algo irônico do forte conteúdo emocional que sempre acompanhou as interpretações da Revolução Francesa de 1789, destacando, inclusive, os momentos de maximização de tal conteúdo – as comemorações. Situada entre os que admiram e os que detestam, entre os cultuadores festivos e os inimigos "enragés" a tarefa do historiador da historiografia não é com certeza das mais fáceis.

Segundo MacManners, a Revolução teve, historicamente, três tendências interpretativas básicas: **direitista**, republicana e socialista. A visão **direitista** varia entre o elogio de Luís XVI, os emigrados, Napoleão, ou até mesmo o Comitê de Salvação Pública. Entre os **republicanos**, o "Terror" ora é visto como a desgraça de seus próprios ideais, ora como uma necessidade. Já os **socialistas** oscilam entre Robespierre e Hébert e vacilam entre a simpatia e o ódio em relação à burguesia. Tais escolhas não são apenas políticas e, ainda que o fossem, haveria casos em que se poderia apontar a divergência entre a lógica e o sentimento no seio da mesma filiação política. No caso da **violência** e da sua legitimação, por exemplo, as predisposições psicológicas pesam tanto ou mais que as opções político-partidárias; por outro lado, o **patriotismo** atua em muitas ocasiões como agente unificador, em oposição ou divisionismo político.<sup>(8)</sup>

Ao contrário de Alice Gérard, que nos deixa supor a possibilidade de distinguir entre os "fatos" e as interpretações, MacManners alerta-nos para o perigo de imaginarmos que exista uma espécie de "terra de ninguém" do "fato", uma vez que as opiniões pessoais mais sedimentadas de um historiador não constituem apenas uma espécie de "viés" a ser devidamente descontado. Não raro, esse viés representa a base fundamental da originalidade da visão do historiador.

O maior problema, no entanto, é que a questão transcende o nível do debate acadêmico, pois há muito mais coisas em jogo. São visões de mundo distintas que se defrontam, são posições políticas conflitantes, são ideologias irreconciliáveis. Em suma, trata-se de formas de ser e de pensar irredutíveis na sua essência. A polêmica abrange, ao menos num certo sentido, toda a história contemporânea e não apenas a história francesa. Os que se situam historicamente "a favor" da Revolução, ainda que possam cultivar divergências interpretativas ou explicativas, ou até ênfases distintas a respeito dos vários momentos do processo revolucionário, caracterizam-se pela adesão à ideologia do progresso e à universalidade da "Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão", de 1789. Socialmente, suas fileiras abrangem os segmentos da burguesia liberal e republicana, fortemente anti-clerical, bem como os socialistas em geral. É verdade que, aos poucos, estes últimos foram se tornando mais reticentes, produzindo-se variados tipos de divergências entre eles e os republicanos com relação a avaliações históricas sobre os heróis, as etapas e a natureza da Revolução de 1789. No século atual, essa tendência acentou-se, concentrando-se as discrepâncias em torno do problema do destino da Revolução: para a burguesia a Revolução aparece como uma realização típica do passado, uma conquista que deve ser preservada; para os socialistas, a Revolução burguesa foi apenas a etapa necessária ao advento de uma outra Revolução. Portanto, entre a visão cristalizada e acabada que eterniza uma revolução sempre igual a si mesma, e a visão prospectiva e teleológica que afirma a revolução como um vir a ser permanente, o compromisso tende a ser progressivamente mais difícil.

Mas, apesar de tais divergências internas, os defensores da Revolução possuíam sempre algo em comum – o caráter "progressista" das suas posições. Para o nosso argumento, eles podem ser pensados como um verdadeiro bloco historiográfico e político. Afinal, eles se pensam como "progressistas" e também são pensados por seus adversários como integrantes de um todo homogêneo e consistente – os membros de **historiografia "de esquerda"**.

Contra-pondo-se a esse "bloco", nadando contra a corrente da História, segundo seus adversários, situam-se todos aqueles que formam a longa tradição que, durante o século XIX e o atual, afirmou incessantemente que a Revolução teria sido um grande e lamentável erro, talvez o equívoco maior da modernidade. Socialmente, seus integrantes foram, a princípio, os aristocratas emigrados e os setores clericais, especialmente os "padres refratários"; aos poucos vamos ter os legitimistas e os católicos em geral, ferrenhos defensores do "trono e do altar", integrando a corrente contra-revolucionária; a partir da segunda metade do oitocentos, as fileiras dos adversários da Revolução foram engrossadas pela adesão dos burgueses partidários da "ordem" desiludidos com o liberalismo, ou preocupados com o socialismo. Temos aí uma das consequências do desenvolvimento do conservadorismo, ou até de um certo reacionarismo, entre segmentos sociais burgueses desencantados com a substituição da mitologia do "Terceiro Estado" pela realidade do "Quarto Estado", reveladora de uma luta de classes não mais no passado mas no presente e no futuro.

A estas correntes mais antigas, céticas ou reticentes quanto à realidade da Revolução, vieram agregar-se aos poucos, desde os começos do nosso século, os grupos e os intelectuais burgueses preocupados ou insatisfeitos com as implicações da massificação social, da radicalização da luta de classes e dos "avanços" do materialismo e do ateísmo. Tal estado de espírito se fez acompanhar, com uma certa frequência, de verdadeiras "dúvidas existenciais", que se traduziram em críticas aos valores habitualmente associados à ciência e ao progresso. Na França, desde fins do sec. XIX, a partir do "Caso Dreyfus" e suas seqüelas e da difusão das teorias racistas, o conservadorismo tornou-se insuficiente para muitos, propiciando o clima intelectual e emocional favorável ao proto-fascismo da "Action Française" e, mais tarde, ao fascismo propriamente dito.

Em síntese, os inimigos da Revolução, ao mesmo tempo críticos do progresso e céticos em relação à democracia, constituem a tradição historiográfica que, embora englobando enormes diferenciações internas, sempre tendeu a ser apreendida em bloco por seus oponentes "progressistas" que a rotularam de conservadora ou "reacionária". No calor da polêmica historiográfica de hoje essas posições tendem a ser rotuladas simplesmente de "**interpretações de direita**".

Apesar das perspectivas otimistas de alguns historiadores que acreditam na possibilidade de já ter sido há muito superada a oposição entre os dois grupos acima, estamos convencidos de que a distinção ainda existe e funciona na prática, estabelecendo uma dicotomia maniqueísta entre historiadores "de esquerda" e historiadores "de direita". Não parece haver uma terceira posição. Ou comemoramos ao lado dos progressistas, ou apostrofamos ao lado dos reacionários. Se comemoramos, podemos sentir-nos gratificados em sermos identificados como progressistas; se apostrofamos, devemos correr o risco de sermos repudiados e denunciados como reacionários.

Diante dessa divisão, como pensarmos na possibilidade de escapar a esses rótulos se a divisão que conotam é bem mais antiga do que todos nós?

Talvez um possível caminho seja o de tentarmos examinar um pouco mais de perto o conceito básico presente ao longo de toda essa discussão interminável – o conceito de "revolução". Não se trata porém de encaminhar uma discussão conceitual nos mesmos termos já propostos por Furet, mas de nos darmos conta da forte imprecisão conceitual presente em muitas das discussões entre interpretações ditas "de esquerda" e "de direita".

De fato, são muito poucos os historiadores que se dão ao trabalho de definir, previamente, o sentido que atribuem, nos seus textos, à palavra "revolução". Nunca sabemos se aí o sentido está referido à idéia de revolução no interior de um determinado espaço teórico-metodológico, ao(s) sentido(s) que a palavra possuía para os contemporâneos da Revolução de 1789 ou, ainda, para os intelectuais ilustrados do setecentos antes da queda da Bastilha.

Tal imprecisão, semântica e teórica, faz-se acompanhar em geral de uma confusão também complicadora: a não dissociação entre proposições de natureza empírica e proposições de cunho propriamente teórico – que pressupõem a utilização de categorias cuja validade explicativa/interpretativa está condicionada aos pressupostos constitutivos de uma determinada teoria. Mesmo conscientes do caráter construído das

evidências empíricas, os historiadores partem do pressuposto de que estão pesquisando um processo que realmente aconteceu – num certo tempo e lugar – ao qual associam, ainda que provisoriamente, certos "acontecimentos". Mas, salvo no caso do historiador tipicamente empirista, tais "evidências" não existem nem, principalmente, significam por si mesmas. É o historiador que irá dar sentido a essas evidências, ao transformar seus documentos em monumentos em função dos seus pressupostos teórico-metodológicos.

Se os fatos são construções do historiador e suas evidências só "evidenciam" (significam) algo em função do campo de significações que nada mais são senão a teoria assumida pelo historiador, seria ingenuidade nossa acreditar na existência de alguma coisa como um "território empírico comum", ideologicamente neutro, dado a todos os historiadores quaisquer que possam ser as suas opções teóricas concretas. Somente na historiografia dita "positivista" podemos ter esse encontro entre o historiador, os dados (evidências) e o respectivo sentido ou significação.

A partir destas considerações, afigura-se para nós bastante óbvio que não há o menor sentido em tentar invalidar uma determinada explicação ou interpretação a partir de supostas evidências produzidas noutro espaço teórico e que não significam coisa alguma no âmbito do território teórico que se pretende invalidar. Enfim, é em função do conceito de "revolução" que ele utiliza que o historiador terá os fatos ou evidências correspondentes, jamais ao inverso. Dois conceitos de "revolução" terão assim, naturalmente, seus próprios fatos ou evidências, diferentes em maior ou menor escala. Portanto, são sempre os conceitos ou categorias que utilizamos, definidos de acordo com nossas próprias opções teóricas e metodológicas, que constituem os "nossos fatos", além, é claro, já que somos seres sublunares, como escreve Paul Veyne, dos nossos preconceitos e determinações mais ou menos "presentistas".

### III – O DESENVOLVIMENTO HISTÓRICO DA POLÊMICA

#### A – Das origens até o final da Segunda Guerra Mundial

Há uma tradição historiográfica que se habituou em estabelecer uma distinção básica entre uma primeira fase, marcada pelos trabalhos de historiadores não-profissionais-políticos, jornalistas, filósofos, etc., que iria até à década de 1880, e uma segunda fase, caracterizada pela institucionalização da pesquisa e a especialização dos profissionais de história, quando teria ocorrido a profissionalização da produção historiográfica. No entanto, não se pode afirmar que o advento da história erudita tenha representado a superação de todos os mitos – "se entendermos como tais ... uma visão global e transfigurada, mais viva por deitar raízes no subconsciente e corresponder a uma necessidade de crer para agir" (uma vez que) "o mito está a princípio na própria Revolução antes de se ver inscrito na mentalidade coletiva" (A. Gérard). Segundo G. Lefebvre, o mito já estava presente nos começos da Revolução e representa a origem dos messianismos sociais e políticos do século XIX, em estreita união com a crença no "progresso", tendo como seu contraponto a mística contra-revolucionária.(9)

Tanto a Revolução Francesa como a sua historiografia representaram durante longo tempo o duplo papel de **fatores de união e de divisão** da sociedade francesa. União quando se trata da guerra travada pela Revolução contra seus adver-

sários externos, situação na qual o patriotismo mobiliza o sentimento nacional; divisão enquanto guerra civil e transformação profunda da sociedade, a produzir a oposição de interesses e de posições políticas inconciliáveis. Estas divergências refletiram-se nas tentativas dos que escreveram sobre a Revolução para esclarecer-lhe as origens, os rumos e a natureza, marcando sua presença na historiografia através de noções como "acidente", "necessidade", "imprevisto", entre outras.

Durante os seus primeiros 150 anos, a historiografia revolucionária formulou e consolidou temáticas e problemas que se tornaram quase obrigatórios. Simultaneamente às oposições político-ideológicas centradas no fenômeno revolucionário, cristalizaram-se algumas "teorias explicativas" mais ou menos recorrentes, como, por exemplo, a respeito das "origens" da Revolução: a "**teoria da conspiração**", e a "**teoria das circunstâncias**", ou seja, a explicação voluntarista e a determinista.

Na teoria da conspiração, nascida com os Emigrados franceses da época revolucionária, embora variem os pormenores da explicação – maquinações de indivíduos ou grupos, projeto político-ideológico ou simples ambição de uma minoria – o que sempre se faz presente é a convicção de que "alguém" (indivíduo ou grupo) "fez a Revolução". Tal interpretação transformou-se, com o passar do tempo, na "interpretação padrão da direita sobre a Revolução" (MacManners), repetindo-se sempre em obras cada vez mais sofisticadas.<sup>(10)</sup>

A teoria da circunstância tem característica de possuir partidários à direita e à esquerda, conforme se entendam essas circunstâncias como fatalismo providencial, ou como destino ou fatalidade histórica – a chamada "força das coisas".

Se a primeira teoria julga poder indicar o(s) culpado(s) perante o tribunal da História, a segunda prefere justamente evitar a imputação de responsabilidades humanas.

#### a) A fase de 1789 a 1815

Praticamente desde seus começos os acontecimentos ocorridos a partir de 1789 na França foram vividos e interpretados pelos seus contemporâneos como constituindo de fato uma "revolução". A partir dessa representação coletiva, tremendamente real para os que participaram ou foram envolvidos pelos acontecimentos, o pensamento "revolucionário" procurou marcar suas próprias distâncias em relação a tudo que lhe havia precedido – daí a noção de "Ancien Régime" – e tentou discernir as circunstâncias originárias do evento e as características capazes de demonstrar sua coerência intrínseca.

As primeiras histórias da Revolução foram escritas por pessoas que viveram ou estavam ainda vivendo o processo revolucionário em curso. Todos eles partilham de um pressuposto comum – o da realidade da "revolução". Favoráveis ou hostis a tudo aquilo que presenciaram ou de que tiveram notícias imediatas e contemporâneas, tais historiadores, como os "Dois Amigos da Liberdade", Rabaut Saint-Etienne, Toulangeon, Lacretelle, entre outros, partilham da exaltação reinante, assumem posições pró ou contra este ou aquele grupo ou personagem, enfim, oferecem fontes preciosas para o conhecimento das mentalidades do período. Dentre todos, destaca-se o Abade

Barruel, com suas "Memoires pour servir a l'histoire du Jacobinisme" (1797/9), em três volumes, texto clássico da "teoria da conspiração". Aliás, segundo o autor, uma dupla conspiração: dos ímpios filósofos maçons e Jacobinos e da Providência a fim de castigar a perversidade dos homens. As duas idéias estavam destinadas a um próspero porvir.

O que mais impressiona porém neste período é a profusão de textos unidos pelo traço comum das "considerações" e "reflexões" acerca do fenômeno revolucionário, obras bem mais filosóficas que propriamente históricas, escritas a partir de definições apriorísticas, usando e abusando de juízos de valor, analogias, profissões de fé, para criticar ou defender a Revolução de 1789. Dentre todas estas obras a mais famosa, e também uma das melhores, foi a "Considerações sobre a Revolução em França", de **Edmundo Burke**, a qual lhe custou uma histórica polêmica com o americano Thomas Payne. Nestes escritos, especialmente em Burke, já estão bem nítidas as linhas de oposição entre o racionalismo e o historicismo. Para o racionalismo a Revolução pertence ao gênero humano pois visa concretizar os ideais inerentes à humanidade como um todo, daí resultando seu caráter universal e totalitário, fundado em pressupostos racionais iminentes. Para o historicismo não há legitimidade possível numa revolução que se pretende afirmar às expensas da continuidade, da permanência e da organicidade de cada ente coletivo, com suas tradições e formas de existência lentamente construídas e sedimentadas.

Enquanto os historicistas afirmam os direitos da evolução lenta e defendem a singularidade de cada povo, os racionalistas revolucionários proclamam princípios de validade eterna e universal em relação aos quais a história significa apenas a comprovação da sua verdade intrínseca. Empirismo britânico "versus" idealismo germânico, segundo A. Gérard, choque entre o livre-arbítrio e o determinismo representados, respectivamente, por Kant e Fichte, de um lado, e Burke, do outro. Logo, no entanto, o romantismo germânico viria reforçar sobremaneira a posição defendida por E. Burke. O romantismo, como veremos, rejeitou radicalmente as abstrações racionalistas do Iluminismo ao afirmar o primado do individual e do orgânico, da tradição histórica, do sentimento e da intuição.

As muitas avaliações do fenômeno revolucionário de 89 produzidas durante esta fase são ao mesmo tempo ricas em reflexões filosóficas e pobres em conteúdo histórico propriamente dito. Os autores oscilam muitas vezes entre os ressentimentos ou entusiasmos pessoais e a intenção de refletir serenamente sobre o acontecimento. Os católicos, em geral legitimistas, hesitam entre a idéia de conspiração, que os isenta, e a do castigo divino, que os incrimina, ao menos em parte. Para **J. de Maistre**, por exemplo, a Revolução fora um flagelo de Deus, simultaneamente divina e satânica. Para outros, igualmente hostis à Revolução, ou a algumas de suas fases, o evento não deixava de possuir uma espécie de lógica secular, em conexão com erros ou tendências presentes no "Antigo Regime". Situam-se nesta última perspectiva os textos de Senac de Meilhan, Chateaubriand, De Bonald e do já citado de Maistre, até certo ponto.

Constrói-se então lentamente, uma explicação do acontecimento revolucionário centrada na idéia de "fatalidade" como sendo alguma coisa "imane e extrahumana" em geral resumida como "la force des choses". Tal foi o caso, por exemplo, de **Mallet du Pan**, referindo-se constantemente à "força imperativa das coisas" ou ao

“curso fatal dos acontecimentos”. Tal perspectiva, de essência idealista, tornar-se-ia, durante o século XIX, nas mãos dos liberais, a explicação padrão da Revolução. Curiosamente, há também uma espécie de fatalidade cíclica, como é o caso de Toulougeon e Chateaubriand, a partir de alusões às “leis cíclicas das revoluções”, leis que tornariam as revoluções um fenômeno periódico e inevitável.(11)

Além das chamadas “teorias” explicativas denominadas “da conspiração” e “das circunstâncias”, os escritores desta fase já antecipam também duas outras questões destinadas a uma longa história: **as questões do patriotismo e da violência.**

A associação praticamente indissolúvel entre “patriotismo” e Revolução está presente em interpretações que, analisadas sob outros prismas, são radicalmente opostas entre si. Temos aí uma espécie de “território comum” aos revolucionários e contra-revolucionários. De Maistre, por exemplo, execrado por suas teses “direitistas”, condenou acerbamente os Emigrados como traidores e escreveu palavras de elogio aos Jacobinos e a Napoleão pelo fato de haverem repellido a invasão estrangeira, salvando assim a “unidade nacional”. Deduz-se daí que era possível ser visceralmente hostil aos “princípios de 93” e, ao mesmo tempo, favorável aos exércitos da Revolução e do Império. Segundo MacManners, o fato é que, “sob a bandeira tricolor, fora a ‘França’ que havia marchado para a vitória em defesa da ‘Pátria’ – o pedaço de chão, o túmulo, o lugar de nascença de cada francês”.

Nessa época, tal como hoje, a violência revolucionária, no caso presente simbolizada pelo “Terror” e materializada pela “Guilhotina”, se constitui num eterno divisor de águas da consciência burguesa. É em função da violência que ela irá definir, aos poucos, duas revoluções: a “boa” e a “má”. Assim, observa-se que, tanto em Maistre quanto em Chateaubriand, o Terror representa a síntese da Revolução, quer entendido como a ação que significou “a poda da árvore do Senhor de seus ramos apodrecidos”, quer como o fruto de uma necessária depuração imposta por “um longo período de crise moral”. Nestas visões fatalistas, Robespierre, Saint-Just, Coutlon, se transformam em “anjos saídos do Inferno”.

Progressivamente porém, a burguesia iria tender a excluir da sua interpretação do período revolucionário a fase da Convenção, sobretudo os anos de 1793/4, identificados com a ditadura da Montanha e o “despotismo de Robespierre”. Tal é o caso, por exemplo, de Mme. de Staël e de B. Constant, ao tentarem salvar os princípios do racionalismo iluminista contra os ataques da reação direitista através da rejeição de um período da Revolução que parecia representar um “desvio” ou uma “tração” àqueles princípios. Consolidar-se-ia então, aos poucos, a interpretação, muito cara à burguesia liberal, de que houvera uma Revolução boa, filosófica, humanista, a qual foi desviada dos seus “verdadeiros rumos” pelas ambições, oportunismo, sede de sangue, e violência sem freios dos “Jacobinos” liderados por Robespierre. Dentro dessa linha de raciocínio o “Termidor” adquire uma importância crucial: teria sido o momento a partir do qual a Revolução “boa” e “verdadeira” teria começado a retomar seu autêntico destino. Não será difícil ao leitor reconhecer nesta interpretação os ruídos longínquos de outras versões, muito atuais, igualmente centradas na idéia de um rumo supostamente lógico da Revolução que teria sido, infelizmente, “atropelada” pelos Jacobinos, ou vitimada por uma “derrapagem” completamente imprevista.

A conclusão natural desta concepção que tenta apagar da “memória nacional” o “lado negativo” dos anos revolucionários viria a ser a visão unitária do acontecimento, a “Revolução-bloco”, uma forma de apreensão da realidade que concilia, no seio da consciência burguesa, o culto às origens revolucionárias e a abominação moral em face da violência doravante circunscrita aos “celerados jacobinos”.(12)

Em suma, a tônica desta fase repousa numa relação, tida como decisiva, entre idéias e acontecimentos históricos, embora se admita também aqui e ali, a influência de determinadas paixões e sentimentos tais como a “ambição”, o “egoísmo”, a “sede de poder”, etc.

#### b) A fase situada entre a Restauração de 1815 e o fracasso das Revoluções de 1848/50

Ao longo de toda esta etapa, a historiografia da Revolução Francesa acompanhou muito de perto os mimetismos políticos liberais associados aos movimentos de 30 e 48, ao mesmo tempo que era utilizada como importante arma político-ideológica nas mãos dos setores liberais mais empenhados em promover ou evitar, conforme o caso, uma “outra revolução”. A crise, então em andamento, entre os liberais moderados e os radicais faz-se acompanhar de interpretações divergentes sobre este ou aquele aspecto da Revolução de 1789. Simultaneamente, os liberais empreenderam uma ofensiva contra os escritores tradicionalistas e conservadores, animados que estavam estes com a Restauração de 1815. Era então essencial contrapor aos argumentos legitimistas uma visão legitimadora da Revolução e de seus valores fundamentais. Exemplo dessa polémica foi a réplica de Bonald a Mme. de Staël, em 1818.

Os **intelectuais conservadores**, hostis à Revolução e fortalecidos pela voga do Romantismo, deram sequência às críticas historicistas endereçadas às idéias e aos acontecimentos revolucionários, procurando sublinhar a todo momento as incongruências e contradições de um movimento que iniciado em nome da liberdade e da igualdade, levava os franceses ao “despotismo sanguinário” do Terror e desaguara finalmente no autoritarismo napoleônico.

Tais críticas, sublinhadas pela ironia, tocam no “calcanhar de Aquiles” da **historiografia liberal** dessa época – a divisão entre os que sentem necessidade de pensar a Revolução de 89 como um todo homogêneo e os que mais e mais a dividem em “duas revoluções” com o objetivo, precisamente, de excluir da Revolução propriamente dita, a revolução convencional jacobina. **Mme. de Staël**, por exemplo, não consegue ocultar sua ambivalência: a Revolução de 1789 fora necessária e legitimada pelo dualismo entre a face voltada para a liberdade e uma outra, igualitária, conspurcada pela plebe manobrada pelos jacobinos; daí, segundo ela, que a ênfase que em vão se deu à luta contra os privilegiados acabou por comprometer a liberdade, ao ofuscar os descaminhos despóticos do Terror, (associados a Robespierre e seu grupo) e preparar, sem que disso tivessem consciência, o caminho que conduziria ao fim e ao cabo à ditadura militar (Napoleão I). No entanto, para outros liberais, a argumentação de Staël era prejudicial aos ideais revolucionários, pois havia necessidade de manter-se o princípio da unidade do processo revolucionário, nele incluída a Convenção jacobina, pois, como o fruto de uma necessidade histórica, a Convenção fizera o mais importante: salvar a França dos seus inimigos.

Uma característica da historiografia dessa época, durável por sinal, é a importância decisiva atribuída pelos seus autores à ação das idéias e das representações mentais coletivas tanto nas origens quanto no curso mesmo dos acontecimentos revolucionários. Quando muito, a discussão interessa-se em determinar se essa influência das idéias teria sido "positiva" (B. Constant, Mme. de Staël, etc.) ou "negativa" (J. de Maistre, de Bonald, etc.). O núcleo do debate tende então a ser constituído pela verificação da existência de uma oposição de tipo contraditório, aparentemente insolúvel, entre o que se denomina de "princípio da liberdade" e de "princípio de igualdade". Neste ponto convergiam as opiniões, sob outros aspectos tão diversas, de Chateaubriand, Royer-Collard, Mme. de Staël, de Bonald e diversos outros.

A **oposição entre liberdade e igualdade** tendia então, em consonância com a ideologia liberal, a ver no igualitarismo dos revolucionários radicais algo essencialmente utópico e "mau": uma espécie de "desvio" de rota da Revolução provocado pela convergência, num dado momento, das paixões e ressentimentos da "plebe" e das ambições pessoais e falta de escrúpulos dos chefes jacobinos. Como consequência, ter-se-ia produzido um tipo de sociedade onde, desaparecidos os valores e a hierarquias tradicionais, sem que fossem substituídos por outros, houve uma atomização absoluta que converteu essa sociedade num aglomerado de indivíduos completamente isolados entre si, impotentes para fazer face à anarquia e ao despotismo.

Bem sabemos como esse debate é ainda atual. A possibilidade de compatibilizar-se a liberdade com a igualdade continua a ser uma questão fundamental no mundo contemporâneo, daí derivando, provavelmente, a atualidade de Tocqueville. Para o período que estamos examinando, a questão da igualdade, reconhecida como poderosa força revolucionária, trazia à tona a questão da importância das tensões sociais na gênese e no desenvolvimento da Revolução Francesa, como ficou evidenciado nos trabalhos de S. Simon (a propósito dos "legistas" do Antigo Regime) e de Roederer (sobre a reivindicação burguesa de igualdade perante a lei). Mas foi principalmente a afirmação da importância que teve a presença ativa de uma "classe média" em ascensão que marcou o encontro historiográfico entre a geração de 1789 e a de 1820: as ironias de **A. Thierry e de Guizot** a propósito das afirmações de Montlosier sobre os legítimos direitos da aristocracia enquanto herdeira dos antigos "Francos", levaram à afirmação oposta – a Revolução teria sido legítima precisamente porque constituía a vigância vitoriosa de um "Terceiro Estado" revoltado contra as injustiças de mais de treze séculos de opressão.(13)

Mas esta época ostenta ainda uma outra face historiográfica, pois ela foi o momento por excelência da construção do "mito napoleônico", em estreita associação com o "mito revolucionário" e sobre o solo comum do patriotismo. "Herdeiro" da Revolução, o "maior dos seus filhos", Napoleão I era então, após Santa Helena, um tema patriótico e unificador para os "verdadeiros franceses". Identificado com o sentimento nacional, pedra de toque do romantismo, o ciclo revolucionário reúne então as duas "epopéias" – a republicana e a imperial – numa espécie de única e gloriosa epopéia militar simbolizada por Bonaparte. Essa tônica patriótica é um traço comum aos romancistas, poetas e historiadores do período – Stendhal, Balzac, V. Hugo, Mignet, Thiers e Guizot. Diversas "memórias", "documentos históricos" e manuais de história materializam a nível textual a simbiose da revolução liberal com o bonapartismo.(14)

A produção historiográfica, ao menos até 1830, teve como seus dois maiores autores **Thiers e Mignet**, seguidos de perto por **Guizot**. Estes jornalistas e políticos liberais produziram então a imagem "séria" de uma Revolução global e necessária. Com a publicação, em 1823 e 1824, do primeiro volume de Thiers e do livro de Mignet inicia-se uma das etapas mais duráveis da historiografia revolucionária.

**Thiers e Mignet**, auto-didatas, pretendem justificar a Revolução demonstrando a sua necessidade histórica. As forças do determinismo explicam os êxitos e os insucessos das grandes personagens, inclusive de seus ídolos – Mirabeau, La Fayette, os girondinos. Na "História" de **Mignet** não há quase espaço para a influência das idéias já que a Revolução teria sido a consequência inevitável do processo de ascensão econômica e intelectual do "Terceiro Estado" em sua luta pela igualdade perante a lei; fora somente a resistência dos privilegiados, com a Emigração e o cisma religioso, que havia conduzido à republicanação de uma Revolução que, de outro modo, teria levado a uma monarquia constitucional à inglesa. Nessa mesma linha de raciocínio, Mignet afirma que a guerra, sobretudo a externa, foi a única responsável pelo advento do "Terror".

Na obra de Thiers, tal como na de Mignet, é a data de 10 de agosto que assinala a passagem de uma revolução da "classe média", aliada à monarquia constitucional, para uma "revolução popular", a partir da insurreição da multidão (Mignet) ou do "populacho vil" (Thiers). Assumindo o comando da Revolução, a "plebe" impôs ao país uma administração "tristonha e raivosa", escancarando todas as portas à crueldade das "massas ignorantes". Em 1789, o "povo estava no seu lugar" (sob a tutela da burguesia educada) mas, em 1792/3, ele assumiu o poder numa espécie de último recurso para salvar a França da agressão externa. Portanto, foi por culpa da reação aristocrática, em conluio com os monarcas estrangeiros, que se inviabilizou a Revolução burguesa liberal e houve o advento do "Terror". Em todas estas interpretações percebe-se facilmente a intenção de definir um "curso normal" para o processo revolucionário resultante da ascensão predestinada de uma "classe média" – o Terceiro Estado. Ao mesmo tempo, porém, define-se o período do "Terror" e do governo popular como um desvio, sim, mas um desvio necessário, embora imprevisível, decorrente das exigências da guerra contra os adversários da Revolução (aristocratas emigrados e governos estrangeiros) os quais, em última análise, foram os verdadeiros responsáveis pelo que então ocorreu na França.

Na visão desses historiadores, Luís XVI foi parar na guilhotina e Napoleão I em Santa Helena única e exclusivamente por culpa das suas decisões erradas – poderiam ter escolhido a alternativa correta. Mas, os horrores associados à Revolução foram de fato da responsabilidade do "populacho". A burguesia esclarecida não foi responsável por nenhuma dessas "tragédias". Logo, ela estava em condições de retomar o poder do qual fora afastada pela Restauração. Thiers e Mignet utilizam a "teoria das circunstâncias" para inocentar a burguesia e afirmar o seu compromisso com as "verdadeiras idéias" do liberalismo.(15)

Por volta de 1830, as "Histórias" de Thiers e Mignet tinham uma grande divulgação, e contribuíram para difundir entre as hostes liberais uma concepção "burguesa" da Revolução no mesmo momento em que começavam a aumentar publicações sobre a Convenção e Robespierre tendentes a resgatar o significado igualitário do pro-

jeto jacobino, exatamente o aspecto menos trabalhado por aqueles dois historiadores. Foi fundamental nesse sentido a publicação, em 1828, por Buonarriti, de um livro que narra as ações e projetos de Graco Babeuf.(16)

A partir das "jornadas de julho" de 1830 a historiografia revolucionária passou por um processo de radicalização que levaria à divisão dos liberais entre duas tendências rivais: o "movimento" e a "resistência". Nesta irá prevalecer a perspectiva que proclama o "fim da História" (Thiers e Guizot) onde se expressa a visão de uma burguesia agora novamente no poder, cada vez mais conservadora, quando não reacionária, diante da irrupção do proletariado e da luta de classes. Os historiadores irão distinguir com ênfase crescente a "boa" da "má" Revolução, isto é, a Revolução liberal burguesa, da ditadura terrorista da plebe parisiense. Os textos de Thiers e de Mignet, este último em termos, são agora incorporados pela "resistência".

Entre os historiadores identificados com o "movimento" a tendência dominante, comum aos "radicais" e "socialistas", é a exaltação do "93" o auge da Convenção Jacobina. Destacam-se principalmente os socialistas como Buchez, Laponneraye, Fourier, Esquiros, Cabet e, sobretudo, **Louis Blanc**, o maior historiador dentre todos eles. Robespierre passa ao primeiro lugar entre os heróis revolucionários e, com ele, é todo o período do "Terror" que se ilumina. O livro de Buonarriti contribuiu poderosamente para isso por conduzir seus leitores a uma incipiente teoria da ditadura do proletariado, prontamente assumida, na prática política do período, por Blanqui. Era a perspectiva sentimental igualitária da Revolução de 89, "interrompida" pelo Termidor, e que cumpriria agora ser retomada.

Em oposição a essa linha interpretativa dos acontecimentos revolucionários, S. Simon e A. Comte desenvolvem outra análise: a Convenção teria sido sem dúvida a época máxima da Revolução e as "demolições" por ela realizadas eram política e socialmente necessárias; o mal teria sido o fato da Convenção não haver conseguido discernir sua meta verdadeira e durável. Os dois pensadores destacam Diderot como o "cérebro" original e criativo das idéias revolucionárias e apontam Danton como o herói e gênio prático que tentou aplicar os princípios do "mestre".

Nascia então a oposição entre os historiadores partidários, respectivamente, de Robespierre e de Danton que marcaria, já em começos do nosso século, a ruptura entre Aulard e Mathiez.(17)

Mas o período que se inicia em 1830 foi também a época por excelência do apogeu romântico na França e Inglaterra. Um romantismo que, ao contrário do germânico, tomou-se de grande entusiasmo pela Revolução Francesa, vista como berço do liberalismo e do nacionalismo mas ao mesmo tempo fascinante pelo seu caráter eminentemente "popular". Será exatamente este aspecto – a presença do "povo" – que os escritores românticos irão destacar (V. Hugo, Lamennais, H. Martin, Lamartine, Carlyle) e o que receberia, na obra de Michelet, a sua consagração definitiva.

Em 1837, **Carlyle** celebra liricamente o "povo" ao evocar a Paris revolucionária e exaltar Danton; para ele, a violência fora uma reação natural do povo e imposta pelos aristocratas conspiradores, padres dissidentes e a agressão de toda a Europa. Em 1847, em sua "História dos Girondinos", **Lamartine** faz da Revolução uma

verdadeira novela, brilhante e generosa, na qual ele exalta a harmonia – todos os que morreram, morreram em prol da posteridade da nação francesa. Sua sensibilidade romântica deplora as crueldades praticadas pelos revolucionários mas o seu senso de necessidade não é capaz de deixar de reconhecer nesses atos o seu caráter inevitável. Para Lamartine, o importante parece ser a afirmação, contemporânea, da inevitabilidade da revolução social mundial, pacífica, sem violências.(18)

Na opinião de A. Gérard, a historiografia romântica da Revolução desenvolveu as seguintes características gerais: o sincretismo idealista diluidor das origens que são substituídas por um começo absoluto na ordem temporal; a mística do povo, uma versão democrática do Terceiro Estado, sobretudo em Michelet e Lamartine; o verbalismo compulsivo, especialmente quando se trata de abordar o tema, crucial, da violência revolucionária; o messianismo universal que afirma a redenção do gênero humano pelo sangue francês.(19)

A culminação dessa historiografia é a "História da Revolução" escrita por **Michelet**. Nela o "povo", conceito místico, indefinido, mas infinitamente emotivo, encontrou talvez o seu intérprete maior.

Para Michelet fazer a História da Revolução é essencialmente produzir uma evocação espontânea e generosa que só tem um herói – o "povo". Trata-se aí de uma noção sentimental e coletiva que reúne num só bloco os mais diversos segmentos sociais. Mas, segundo ele, foi esse povo que, enquanto portador da idéia de justiça, constituiu-se na força espontânea do desenvolvimento histórico, sempre em busca de liberdade coletiva. A História, para Michelet, nada mais é que a luta eterna entre necessidade e liberdade tendo como fundamento a bondade inata do homem, como havia ensinado Rousseau.

Tornando-se anticlerical em 1843, Michelet não aderiu nem ao fatalismo nem ao socialismo de outros escritores contemporâneos. Daí talvez a razão de não aceitar a "teoria da salvação pública" tão comum à época para explicar/justificar os horrores revolucionários. Na sua concepção a Revolução era em si mesma uma nova religião e a Declaração de Direitos o verdadeiro "Credo" de uma nova época da história da humanidade. A Revolução tinha sido "uma igreja em si mesma" e Voltaire e Rousseau os seus profetas.

Em Michelet, o "povo" é na verdade a expressão coletiva do nacionalismo que estava presente na totalidade do "Terceiro Estado" em 1789. Mas a Corte, a nobreza e a igreja, eivadas de vícios, traíram o "povo" generoso e o obrigaram a empreender uma "guerra sublime" em defesa da "França". Todavia, ao mesmo tempo em que exalta "89" e os voluntários de "92", Michelet não poupa críticas à "seita" que, em "93", tomou o lugar da "nação" embora não tenha conseguido apagar o messianismo revolucionário. De fato, perseguindo o ideal de "ressuscitar a Revolução", Michelet criou e entronizou dois mitos destinados a uma longa permanência na historiografia da Revolução: O "POVO" e a "FRANÇA".

No entender de MacManners, Michelet foi um autor que permaneceu como fonte inspiradora da historiografia revolucionária até o sec. XX. Seu evangelho foi convertido em ortodoxia pela III República.

Republicano e patriota, devotado a uma "religião da humanidade", Michelet constrói uma visão dos acontecimentos revolucionários que resulta tanto de seus próprios ideais quanto da sua concepção sobre o lugar da Revolução Francesa no destino de toda a humanidade. Como historiador, ele tem o mérito de ter sido, provavelmente, o primeiro que demonstrou um conhecimento sistemático dos arquivos aos quais se refere muitas e muitas vezes como o local predileto dos seus trabalhos. Tendo sido nomeado diretor da Seção Histórica dos Arquivos Nacionais, beneficiou-se, também, do fato de ter vivido numa época em que se tornaram numerosas as publicações de documentos existentes em arquivos departamentais e municipais.(20)

### c) A fase entre o fracasso das ilusões de 1848 e a consolidação da República (1880)

Após a derrocada das ilusões despertadas pelos eventos de 1848 – a ressurreição aparente do "89" logo seguida pela retomada do "93" (fevereiro e junho de 1848), a nova "reação termidoriana" levou rapidamente à "farsa" do novo "18 Brumário" de Luís Napoleão Bonaparte (1851).

Para os intelectuais em geral e os historiadores em particular, as decepções causadas pela frustração das esperanças de 1848 significaram a volta, ao primeiro plano das suas reflexões, do dilema entre a liberdade e a igualdade (democracia). Mais uma vez esta última fica em desvantagem, pois é agora associada ao despotismo plebiscitário imperial. Assim, uma vez desfeita a utópica esperança romântica de superar o dilema por intermédio da "fraternidade" a tendência será a de salvar "pelo menos" a liberdade. Não poderia ser de outra forma, em se tratando de uma época marcada pelo "realismo" e influenciada pelos avanços do positivismo.

O prestígio crescente do positivismo tende a pôr em relevo a noção de continuidade que servirá para privilegiar as chamadas "servidões da História", colocando em segundo plano as rupturas e lançando o descrédito sobre o voluntarismo romântico e seus "heróis". As explicações de cunho determinista conquistam ares de cientificidade e os estudos psicológicos e sociológicos, direcionados para as formas de existência coletiva, resultam no reconhecimento da importância da duração e das forças inerciais da sociedade. Temos aí uma crítica "científica" aos mitos e tradições veiculados por toda uma historiografia construída a partir das representações da Revolução a respeito de si mesma.

Os rápidos progressos da erudição influenciada pela escola histórica alemã, desqualificam o verbalismo eloquente e vazio assim como o gosto romântico pela "mise-en-scène" e, simultaneamente, alertam os historiadores para os perigos de uma leitura acrítica dos textos oficiais produzidos pela Revolução com seus discursos e representações que são apenas a consciência possível de uma época acerca dos seus próprios motivos, percepções e objetivos.

Mas a historiografia continua ainda a desempenhar um papel político de primeira linha. A historiografia da Revolução volta a ser uma forma liberal de contestação ao regime autoritário. Este, por sua vez, produziu também suas versões dos eventos revolucionários: bonapartista, com A. Granier de Cassagnac – 1850/60; legitimista, como Poujoulat; católico, como LePlay, Cretineau-Joly, Ségur e d'Aureville.

"Direitistas" todas elas, tais obras historiográficas dividem entre si o território comum da "teoria da conspiração", sublinhando os valores monárquicos e cristãos e incriminando como sempre a Franco-Maçonaria.

Diante dessa historiografia direitista, a historiografia liberal apresenta-se dividida entre várias tendências nas suas avaliações da Revolução de 1789: em 1851, Prosper de Barante, na sua História da Convenção, elogia os homens de "89" mas nega qualquer mérito à Convenção, exceto o de haver defendido a "Nação". Com poucas variações, serão do mesmo tipo as avaliações de Renan, do Thierry de 1853, de Montegut, de Rémusat e de Laboulaye. Em alguns, como Renan, o saldo é negativo, mas a característica que predomina é sempre o elogio ao "liberalismo à inglesa" pretendido pelos revolucionários de 1789 mas que se viu frustrado pelo desvio ocorrido em 1792/3. Em sua essência, os liberais do período tendem a consagrar a "teoria das duas revoluções".(21)

Vamos destacar aqui os três principais historiadores dessa fase: **A. de Tocqueville, H. Taine e E. Quinet.**

**Alexis de Tocqueville** escreveu o livro que, na opinião de Georges Lefebvre foi "o melhor da historiografia revolucionária" e, acrescentamos, o mais original e significativo de toda a historiografia liberal.(22)

"O Antigo Regime e a Revolução" foi publicado em 1856, vinte anos após "A Democracia na América", do mesmo autor. Em sua essência, trata-se de um estudo da França do Antigo Regime no limiar da Revolução de 1789, no qual Tocqueville retoma o tempo todo o tema da liberdade numa crítica sutil e indireta ao cesarismo de Napoleão III. A partir da análise de MacManners, é possível distinguir-se nesse livro três níveis distintos: 1º) **o panfleto político.** Ao contrapor a sociedade multifacetada da França do setecentos ao quadro monótono da sua própria sociedade contemporânea, Tocqueville contrasta os múltiplos pesos e contrapesos que asseguravam o equilíbrio entre direitos e deveres do Antigo Regime e a frágil superfície igualitária da sua própria sociedade que permitia o exercício do poder, livre e irresponsável, a partir do servilismo universal, a um ditador, por toda uma nação reduzida a um aglomerado de indivíduos isolados entre si. 2º) **um ensaio de sociologia e teoria política.** Trata-se de uma ilustração "patológica" do processo por ele já analisado em "A Democracia na América" – os múltiplos mecanismos que são necessários à defesa da liberdade numa sociedade que avança a largos passos para a igualdade absoluta, mas com uma diferença: na França, o desejo de liberdade nasceu após o de igualdade, apesar de ter sido o primeiro a morrer, pois, no afã de serem livres os franceses fortaleceram tanto o poder estatal que acabaram tendo como única opção a igualdade sob as ordens de um mesmo amo e senhor; 3º) **história.** Aqui a perspectiva de Tocqueville é um tanto ambivalente: sintetiza generalizações mais ou menos brilhantes, produzidas pela historiografia da Revolução, tanto liberal quanto conservadora, a começar pela dialética da liberdade e da igualdade no seio da Revolução, mas, ao mesmo tempo formula hipóteses que têm como ponto-de-partida as questões formuladas pelo Autor à sua própria sociedade e que, a seguir, o conduzem às fontes arquivísticas em busca das respostas. Aí, são as estruturas administrativas e de classes do Antigo Regime que o atraem. Ao contrário de Burke, ele afirma que era a igualdade e não a liberdade que contava a seu fa-



vor com todas as forças do passado. Quanto à liberdade, somente no final do sec. XVIII os franceses se apaixonaram por ela e isso foi extremamente perigoso uma vez que não tinham qualquer experiência em lidar com ela.

Assim como Montesquieu, Tocqueville, via na sua própria classe, a aristocracia, a barreira ideal contra o despotismo. Todavia, analisando a sociedade do Antigo Regime, ele viu-se forçado a reconhecer que a aristocracia tinha cavado um fosso entre ela e a nação por causa de seus privilégios, convertendo-se numa "casta". Desse modo, ao contrário da aristocracia britânica, a francesa, no setecentos, nem governava nem "formava a opinião pública".

Tocqueville, talvez de fato "o mais sereno e imparcial dentre os historiadores da Revolução", pôs em relevo o período de 1787/9, isto é, a chamada "revolução aristocrática" ou "pré-Revolução"; contrariando a visão de Michelet que associara as origens da Revolução à miséria do "povo" francês, ele analisou longamente as transformações havidas durante o século XVIII, uma "revolução da prosperidade", afirmando que a prosperidade crescente de importantes segmentos sociais havia sido uma força muito mais poderosa que sua suposta miséria. Foi necessário quase um século para que esta última concepção viesse a ser devidamente estudada e documentada por E. Labrousse.

A história de Tocqueville é essencialmente analítica, fugindo à narrativa de que identifica a quase totalidade dos historiadores do oitocentos que abordaram a Revolução. Também em contraposição a estes, que em geral haviam escrito suas interpretações sempre voltados para o futuro da Revolução, Tocqueville procurou interpretá-la em função do passado. Mas um passado que se identifica com a "longa duração" e revela que um longo movimento histórico vinha há muito tempo conduzindo a sociedade francesa rumo à igualdade; o velho edifício social estava já condenado e teria ruído mais cedo ou mais tarde. Esta afirmação foi lida por alguns como significando que a Revolução fora inútil, o que aproximaria o Autor dos historiadores direitistas, fato "evidente" para os críticos que se preocupam apenas com as origens e a situação social de Tocqueville.

O Antigo Regime é uma história ao mesmo tempo administrativa, social e econômica que foge no entanto aos padrões historiográficos então vigentes (e a alguns dos atuais). Nela não há muito lugar para os indivíduos, pois as tensões sociais são analisadas no interior da estrutura de classes, sendo estas homogêneas, é certo, de uma forma algo excessiva ou mecânica em grupos sociais mais ou menos padronizados nos quais não há lugar para as inúmeras diferenças então existentes das camadas sociais mais baixas, principalmente nos meios rurais franceses. No entanto, ao proclamar "Je parle des classes, elles seules doivent occuper l'histoire" – Tocqueville introduz uma perspectiva essencialmente "moderna" em sua análise.(23)

A influência de Tocqueville foi e é considerável, apesar de bastante ambígua ou mesmo contraditória em determinados casos: a direita por exemplo, leu no seu livro apenas um elogio à monarquia do Antigo Regime e às instituições tradicionais, mas fez vista grossa sobre tudo que ele escreveu a respeito do avanço inexorável da democracia; a esquerda, os socialistas em particular, elogiaram-no pelo fato de haver atribuído à luta de classes um papel essencial no processo histórico. E, no entanto,

afirma MacManners, a única obra importante diretamente inspirada em Tocqueville foi a que escreveu Albert Sorel – "A Europa e a Revolução Francesa" (1885-1904), por ironia, uma história diplomática, um dos gêneros que Tocqueville sempre evitou.(24)

**Hipólito Taine**, com sua história das "Origens da França Contemporânea", disputa a Tocqueville a glória de maior historiador do período ora em estudo. Ao contrário de Tocqueville, historiador da década de 50, Taine escreve na difícil década de 70, após a Comuna e a perda da Alsácia e da Lorena. Sua postura é cética e cientificista e sua indagação objetiva encontrar respostas para os dramas contemporâneos. Assim, a Revolução Francesa surge para Taine como uma espécie de fase crucial da história nacional, capaz de revelar-lhe o âmago da mentalidade francesa – um campo privilegiado para suas observações "psicológicas".

Liberal e materialista, Taine escreveu a obra que se constitui no maior ataque à Revolução de 89, desde Edmundo Burke. No seu entender, a França era uma nação doente e, com o seu darwinismo determinista e radical ele não hesita em apontar as origens desse mal – o século XVIII dos "filósofos". Segundo Taine, desde 1789 os franceses não fizeram senão agir e pensar ora como crianças, ora como loucos, já que falharam à sua evolução "natural" em 1789 – "Nós perdemos nossa evolução natural em 1789". Naquela ocasião havia ainda dois caminhos possíveis mas infelizmente todos erraram em suas escolhas: a Monarquia, a Revolução e o Império.

Filósofo-historiador, adepto da psicologia social em moda, concentra-se no diagnóstico do "mal". Trata-se a bem dizer de vários males: a luta de classes, a minoria de transviados (os jacobinos) que, como agentes do "espírito revolucionário" e sob a bandeira do Contrato Social (Rousseau) utilizaram-se dos "rebotinhos da sociedade" para atingir seus fins; as abstrações filosóficas difundidas pelos seus discípulos, todos presos nas malhas do "espírito clássico" – um espírito destruidor da vida pois nada mais é do que o argumento abstrato da razão pura que produziu o dogma da soberania popular (Rousseau), o qual, em chegando ao alcance dos "selvagens das ruas" atuou como "germe mórbido" no sangue de uma sociedade doente, dominada pela multidão "epilética e escrofulosa", provocando-lhe os delírios e convulsões que chamamos de Revolução, isto é, "a ascensão da escória social" responsável pelos excessos revolucionários. Daí o sem sentido da própria Revolução.

Dessa análise de Taine depreende-se uma visão pessimista que as violências da Revolução apenas ilustram: a natureza humana é má e o povo, enquanto escória dessa natureza, é potencialmente monstruoso. Somente a ciência pode contrapor-se à razão corrosiva dos filósofos iluministas. Mas, apesar de tudo isso, ele exalta seu método histórico como essencialmente "científico": pesquisas documentais (influência da erudição historicista germânica), classificação rigorosa dos tipos sociais (a exemplo de Cuvier), atenção constante aos fatos do cotidiano (como um Balzac ou um Stendhal) e capacidade de ressuscitá-los (como em Michelet e Carlyle). É assim que, a partir "dos pequenos fatos bem escolhidos" Taine pensa encontrar as chaves para as amplas fórmulas interpretativas nas quais não há lugar para causas múltiplas ou níveis explicativos diferenciados. Os acontecimentos se movem num meio homogêneo e sua interpretação é monolítica, reduzindo-se a complexidade das situações a uma fórmula única e original.